

IMAGENS E CONTRA IMAGENS DA FAVELA

Mário Hélio Trindade de Lima
Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES
e Pós-Doutorando em Sociologia - UFMG¹

Thiago Zanotti Carminati
Bacharel em Ciências Sociais - UFES
e Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia) - UFRJ

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico (...) se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença (BOURDIEU, 1989, p.14)

INTRODUÇÃO

O termo favela nasce no senso comum como metáfora de uma planta nordestina, "favella", que cobria os morros que circundavam Canudos, de onde vieram os soldados. Estes eram escravos e ergueram seus barracos no Morro da Providência, na Gamboa, à espera de assistência do governo, o local, pouco tempo depois, passaria a ser chamado de Morro da Favella (VALLADARES, 2005, p. 29). A metáfora se transforma numa categoria social para definir os limites de um espaço físico, de um território, de uma região dotada de certas características físicas e sociais, de

uma área moral (PARK apud VELHO, 1976).

As favelas nasceram na cidade do Rio de Janeiro, como resultado da política de reformas urbanas no início do século, conduzidas pelo poder municipal com o objetivo de modernizar o espaço urbano, segundo o modelo das reformas urbanas européias inspiradas no ideário do higienismo, personificado no Prefeito Pereira Passos, um "Hausman tropical" (ABREU, 1988). Vejamos como as imagens dessas transformações urbanas do início do século foram registradas na imprensa da época:

Com a posse do prefeito Pereira Passos, ficou claro que o Rio de Janeiro deixará de ser uma cidade fétida e assolada pelas doenças. (...) a cidade renascerá como o mais grandioso exemplo de belle époque tropical. Em vez de ruas imundas vielas coloniais e dos cortiços, onde se acumulam doenças, a prefeitura planeja ruas e avenidas largas, onde serão construídas edificações dignas da mais fina arquitetura européia. No lugar de terrenos, que só servem de depósito de lixo, praças arborizadas. Para tornar realidade o sonho de uma capital da república civilizada, a prefeitura já começa a botar abaixo todos os obstáculos. (...) Ao todo, 1880 operários estão encarregados de demolir 640 imóveis. Pobres, os moradores dos cortiços só têm como opção de moradia juntar-se aos soldados vindos de Canudos, que se fixaram em barracos no Morro da Favela, antigo Morro da Providência (JORNAL DO BRASIL, 1903).

1 - No dia 26 de setembro de 2008 o amigo e mestre Mário Hélio Trindade de Lima encerrou precocemente sua travessia. Resultado de profunda interlocução e empatia, este artigo foi um de seus últimos escritos. Se de sua autoria ficaram textos inconclusos, ficaram também muitas pistas e caminhos abertos: anos de carreira dedicados aos estudos urbanos. Mário nos deixou um pensamento inacabado sobre a cidade, inacabado como o próprio conhecimento. Se viver é um descuido prosseguido, como escreve Guimarães Rosa em "Grande sertão: veredas", "a morte é para os que morrem. Será?"

Imagens e contra imagens da Favela

As reformas urbanas atingiram de modo tão violento as condições de vida das camadas populares que desencadearam fortes reações populares no período. Vejamos estas imagens da Revolta da Vacina, em 1904:

Nunca se viu nada igual nas ruas do Rio. A população, que como arma contava apenas com paus e pedras, enfrentou com coragem a força policial, esta sim, armada de espingardas e revólveres. Tudo começou com o anúncio da vacinação obrigatória contra a varíola, imposta por Oswaldo Cruz, com o aval do prefeito Pereira Passos e aprovação do Congresso. No ano passado, Cruz inventou um exército de mata-mosquitos. Este ano, criou uma tropa armada com seringas. As ordens são as mesmas: invadir as residências e aplicar injeção a qualquer preço, sem perguntar se o morador concorda ou não em ser picado pelas agulhas. (...) Enquanto as autoridades discutem a população, desgostosa com o governo desde que ficou desabrigada com o bota-abaixo, parte para a ação. (...) Bondes, postes de iluminação e até colchões e móveis tirados de dentro das casas servem para montar barricadas (...) No fim, a força das armas, apoiada pelo decreto do estado de sítio, falou mais alto. A vacinação foi feita e, pelo que mostram as estatísticas, a varíola realmente tende a desaparecer na Capital da República (...) Porém, o preço da conquista sanitária foi alto: 30 mortos, 110 feridos, 945 presos, 454 homens enfiados em sujos porões de navios e mandados para o Acre, e 7 estrangeiros extraditados (JORNAL DO BRASIL, 1904)

Dos cortiços o foco muda, então, para as favelas. A justaposição dos discursos médico-higienista e jurídico-político produziram um consenso aos olhos da elite nacional de que a favela era o berço do vício, do crime e das epidemias. Nesse momento, marcado pelo fim do Império e início da República, o problema da pobreza começa aparecer na agenda pública e surgir enquanto questão legítima para se ser academicamente abordada (VALLADARES, 1989). Entretanto, nesse despertar do século XX, da pobreza se concebia apenas o que, supostamente, eram atributos individuais: o pobre foi imediatamente associado ao vadio, um ser anormal porque “resistia” fazer parte do mundo do trabalho. Na perspectiva do discurso competente da época, o pobre figurava como o portador de uma ética da malandragem, o pólo negativo dentro da lógica dicotômica do espírito do

capitalismo, fundada na crença no trabalho como elemento moralizador e ordenador da sociedade (por mais aviltante que o trabalho pudesse ser). Chalhoub (1986) mostra como essa forma de representar o pobre e a pobreza no Brasil eram ecos daquilo que se entendia por “classes perigosas” na Inglaterra Vitoriana e na França Revolucionária, categoria posta em oposição à de classe trabalhadora. Este dualismo tinha também sua tradução no território: a fábrica, espaço da ordem e do trabalho; e as favelas, como o oposto, espaço da desordem e da vadiagem.

Desde o início do século, as favelas vêm sendo representadas como pertencendo a outro mundo social e cultural, como mostra o trecho do discurso “Para a remodelação do Rio de Janeiro”, pronunciado pelo médico Mattos Pimenta, no Rotary Club, outubro de 1926:

As ‘favelas’(...) não constituem puramente impiedoso crime contra a estética, elas são particularmente uma grave e permanente ameaça à tranqüilidade e à salubridade públicas. Erigidas contra todos os preceitos da higiene: sem água, sem esgotos, sem a mínima parcela de limpeza, sem remoção do lixo: são como largas sentinas cobertas de detritos e dos demais resíduos da existência humana, amontoados de imundícies e podridões respastando nuvens de moscas, infiltrando nos quarteirões da cidade toda a sorte de moléstias e de impurezas. Desprovidas de qualquer espécie de policiamento, construídas livremente de latas e frangalhos em terrenos do Patrimônio Nacional, libertados de todos os impostos, alheias a toda ação fiscal: são excelente estímulo à indolência, atraente chamariz de vagabundos, reduto de capoeiras, vallacoitos de laráprios que levam a insegurança e a intranqüilidade aos quatro cantos da cidade pela multiplicação dos assaltos e dos furtos (apud RIBEIRO & LAGO, 2000).

Essas imagens sobre esta região – favela – servem como fundamento de um projeto político, um programa de ação social, envolve interesses de grupos organizados, os quais são seus porta-vozes, são representações que comandam atos. Entre as décadas de 1950 e 1960 as metrópoles passavam por transformações em todos os setores de sua economia: substituição de importações, expansão centrada na indústria pesada e produção de bens de consumo. O movimento de expansão do

mercado metropolitano fez crescer em escala ascendente o contingente populacional, de maneira que o crescimento desses mercados determinou o crescimento das favelas (SINGER, 1985). Oriundos, sobretudo, dos estados da região Nordeste, vitimados pela seca e pela brutal concentração de terras, os numerosos migrantes aqueceram a economia urbana, cuidando de sua manutenção e garantindo o baixo custo da mão-de-obra.

Esta combinação de fatores – seca, concentração fundiária, êxodo rural interno e externo, demolição dos cortiços e das habitações insalubres – estimulou fluxos contínuos de migrações, resultando na consolidação da favela enquanto espaço de habitação das classes populares. O Centro-Sul, identificado como eixo dinâmico da economia, tornou-se o destino, o lugar alternativo para prosperidade não alcançada de milhões de pessoas que tomaram o caminho da cidade em sua busca de melhores condições de vida (DURHAM, 1973). As representações dominantes sobre a pobreza foram sintetizadas no que se convencionou chamar de “Teoria da marginalidade”. Sob esse enfoque, explicava-se o caráter problemático da economia para inserção de grandes contingentes de trabalhadores, sobrevivendo de forma anacrônica em relações sociais não-capitalistas, constituindo, assim, um pólo marginal da economia, cujas características seriam: baixa tecnologia, baixa qualificação, baixos níveis de produtividade, ou seja, obstáculos à modernização do setor integrado ao circuito hegemônico da produção capitalista (PERLMAN, 1977). As favelas, então, eram concebidas como o reflexo ecológico de uma estrutura social marginal, periférica e atrasada, no Brasil dos anos 60². A lógica predominante continuava enxergar a favela como expressão de uma crise urbana (VALLADARES, 1989).

Nos anos 70 e 80 a tônica dos trabalhadores por conta própria e da informalidade vem novamente recobrir os problemas decorrentes da inserção problemática de um grande contingente de pessoas na estrutura de uma sociedade urbana e moderna. O pobre é representado como um trabalhador informal, morador de periferias distantes

e favelas que se urbanizaram e se transformaram em parte permanente da cidade.

O processo de metropolização das cidades, através do crescimento de processos de parcelamento do solo nas periferias, corresponde ao processo de segregação espacial da classe trabalhadora empurrada cada vez mais distante da área central, através da formação de loteamentos irregulares em espaços marcados pela escassez de serviços de infraestrutura urbana e equipamentos coletivos.³ A consolidação das periferias e favelas no cenário das metrópoles forçou no imaginário social uma nova compreensão sobre a pobreza, decorrendo daí outro modo representar os favelados, que passaram a ser divididos entre “trabalhadores e bandidos” (ZALUAR, 1985).

MÉTODO

O objeto de estudo é, por um lado, o conjunto de discursos e imagens sobre a favela na imprensa e, por outro lado, as auto-representações visuais de favelas e periferias da cidade do Rio de Janeiro, na virada do século XXI. Campo constituído por visões exógenas, fabricada por atores posicionados externamente, como no caso das representações dos meios de comunicação de massa e por visões endógenas, relacionadas às auto-representações fotográficas produzidas por ONGs que atuam nessas comunidades.⁴

O trabalho empírico destina-se a analisar o uso da categoria favela para explicar determinados processos sociais que ocorrem na cidade do Rio de Janeiro, que corresponde à organização do espaço material da cidade e, ao mesmo tempo, investigar como se constrói o olhar periférico sobre si e o mundo nas representações fotográficas dos moradores de favelas.

As fontes de pesquisa são formadas pelo conjunto de artigos e imagens dos jornais O Globo, O Dia e Jornal do Brasil, a partir da década de 80, e por entrevistas dos fotógrafos da Escola de Fotógrafos Populares do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro (agência fotográfica Imagens do Povo).

No que diz respeito à fotografia, independen-

2- Durante a década de 70, no bojo da crítica a chamada “Teoria da marginalidade urbana”, buscou-se demonstrar o equívoco dos discursos dualistas sobre as favelas mantidos pelas instituições, governos e por parte da academia. Demonstrando a existência de semelhanças entre as favelas e os espaços populares, em termos de estrutura e práticas sociais. Constatando que nas favelas não havia só migrantes do campo e tampouco nelas observava-se a sobrevivência da cultura folk. As favelas passam a ser vistas como “complexo coesivo, extremamente forte em todos os níveis: família, associação voluntária e vizinhança” (BOSCHI, 1970). Outros demonstraram que a vida nas favelas era marcada “pela amizade e espírito cooperativo e relativamente livre de crime e violência” (PERLMAN, 1976, p.136). Encontrou-se na favela uma estrutura social diversificada, chegando-se mesmo a observar a existência de um espaço social diversificado, inclusive com setores identificados como a ‘burguesia favelada’ e que nela se fazia política como nos outros espaços populares (MACHADO DA SILVA, 1967). Também se identificou a existência de relações de sociabilidade entre ‘mundo da favela’ e ‘mundo dos bairros’, em primeiro lugar pela inserção dos moradores no mercado de trabalho (apud RIBEIRO & LAGO, 2000).

3- A extensa literatura sobre movimentos sociais urbanos no Brasil acabou por eleger os moradores da periferia como os ‘novos excluídos’ pelo capitalismo brasileiro (...) Na interpretação dos cientistas sociais, a vivência comum da segregação urbana geraria identidades coletivas fundadas na condição de morador pobre; geraria também a consciência de interesse comuns na luta pelos direitos de cidadania (VALLADARES, idem, p.104).

4- O grupo cultural Afroreage, a CUFA e o Observatório de Favelas são exemplos efetivos, num meio altamente heterogêneo, de atores que têm em comum a ênfase na produção de imagens. Eles enunciam a existência de um novo olhar sobre velhos problemas. Um olhar cúmplice por se tratar de “olhares endógenos”; um olhar que reivindica status diferenciado, pois é o olhar do favelado sobre si e sobre sua favela.

Imagens e contra imagens da Favela

5- O tema da anomia em Durkheim, o conceito de conflito social em Marx, o tema do desvio no interacionismo simbólico de Goffman e Becker, toma como pano de fundo os processos de integração no mundo social, seja entre indivíduos, grupos ou classes sociais, ou de não integração que decorrem das relações entre os grupos que compõem a ordem social. Neste ponto, caberia uma ressalva: nos referimos ao axioma da integração social na sociologia de Marx, no sentido de que as classes sociais em contradição, luta ou conflito, são concebidas como partes de uma totalidade social de um sistema ou modo de produção. Até mesmo o Lumpen, tem uma função definida, como exército de reserva e, portanto, é visto como parte do sistema, isto é, produzido e reproduzido dentro de determinadas condições que viabilizam a acumulação capitalista (na medida em que reduzem o valor da força de trabalho, por exemplo).

6- De acordo com Bourdieu: As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social, e imporem o campo das tomadas de posição ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima, quer dizer, o poder de impor - e mesmo de inculcar - instrumentos de conhecimento e de expressão (taxonomias) arbitrários - embora ignorados como tais - da realidade social. In: BOURDIEU, 1989, p.12.

Mário Hélio Trindade de Lima
Thiago Zanotti Carminati

te dos modos sob os quais as imagens podem ser percebidas, segundo Caiuby Novaes (2005), não é mais aceitável a idéia de relegar a imagem em segundo plano nas análises dos fenômenos sociais e culturais. Tais como os textos, as imagens são artefatos culturais, sobretudo porque a produção e análise dos registros fotográficos podem permitir a reconstituição da história cultural de grupos sociais, bem como uma compreensão sobre a dinâmica das relações inter-étnicas, além de um entendimento sobre os processos de mudança social. “O uso da imagem acrescenta novas dimensões à interpretação da história cultural, permitindo aprofundar a compreensão do universo simbólico, que se exprime em sistemas de atitudes por meio das quais grupos sociais se definem, constroem identidades e apreendem mentalidades” (NOVAES, 2005. p.110). Os significados das fotografias produzidas pela Imagens do Povo resultam de negociações de sentidos que extrapolam as intenções dos fotógrafo: são as representações da favela o foco dessa disputa de significados.

Quanto aos artigos, o material que temos a tratar é constituído pelo conjunto de enunciados efetivos (impressos em documentos de jornais), que formam uma população de acontecimentos no espaço do discurso. Vamos nos ater aos enunciados que enfocam a pobreza urbana, tendo como unidade a noção de favela. Trata-se, então, de definir, a partir desse conjunto que tem valor de amostra, regras que definem a construção dos seus enunciados e, eventualmente, possam permitir construir enunciados diferentes daqueles.

Um primeiro pressuposto relativo ao método empregado é o de que os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto: a favela. O que há de comum em todas as narrativas consideradas seria uma organização discursiva, que constrói as fronteiras de um grupo social, definindo seu espaço, suas formas de vida, seu perfil, seus comportamentos políticos e sociais.

Um segundo pressuposto seria definir um grupo de relações entre aqueles enunciados:

quanto a sua forma e seu tipo de encadeamento. De onde se depreende que, o conjunto de descrições, que constituem uma determinada percepção social da pobreza urbana no Brasil, tem como fundamento uma relação entre dois eixos: integração – desintegração, que marcam polaridades construídas sob metáforas, tais como cidade partida, cidade oficial - cidade real, cidade formal - cidade informal, integrados - marginalizados, asfalto – favela, incluídos e excluídos.

Assim, o problema central é que o núcleo fundamental dos conceitos que organizam o debate sobre a favela tem como ponto de partida o axioma da integração social, quadro de referência comum a várias tradições de pensamento na sociologia, clássica e contemporânea.⁵ É por referência a uma ordem social que a integração é pensada. E é, portanto, por referência a um modelo de ordem que se tenta explicar a desadaptação social, a marginalização social, a apatia ou inércia política, o comportamento desviante das normas estabelecidas e sua expressão territorial, a favela.

Pretende-se estudar o campo da produção de discursos sobre a pobreza urbana, por meio de diferentes vozes e cenários que enunciam a imagem da favela. Diferentes atores compõem o campo da produção do imaginário social da favela construindo seu lugar, seus traços, seus significados e sentidos, seu espaço político e moral. Nossa intenção é mostrar como essas imagens são construídas como categorias de percepção do mundo social que instituem limites e impõem o reconhecimento social.⁶

Nesse sentido, a função do discurso dominante, ao impor a apreensão da ordem social como natural, visa estabelecer a imposição mascarada de sistemas de classificação e estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais. O que demonstra ser a representação de uma região uma construção social, um processo pelo qual se busca construir uma unidade, a partir de características comuns de um espaço e de um grupo social, para que possa ser percebido e reconhecido como tal.⁷

Os estereótipos são imagens mentais hiper-

simplificadas de uma determinada categoria de indivíduos, que só podem tornar-se sociais quando são “compartilhados por um grande número de pessoas, implicando a partilha de um processo de difusão efetiva. Os estereótipos são geralmente acompanhados por um preconceito, isto é, uma disposição favorável ou desfavorável em relação a qualquer membro da categoria em questão (TAJFEL, 1982, p. 160-162). Nos registros (textuais e fotográficos) das representações da imprensa pode-se observar uma das funções da estereotipia, isto é, produzir correlações ilusórias entre duas classes de acontecimentos que, na realidade não estão correlacionadas, ou estão correlacionados em menor âmbito que o relatado.⁸

São pontos de partida com os quais se pretende confrontar os problemas relacionados à elaboração de auto-representações fotográficas (análoga à noção de representações endógenas) à construção do imaginário social sobre a favela, e sobre a estética da favela por meio das produções fotográficas dos sujeitos do “olhar periférico”.⁹ Por isso, uma das proposições centrais nesse trabalho é a afirmação de que as imagens fotográficas, principalmente aquelas às quais se atribuí estatuto testemunhal, de valor informativo ou como documento, não são instrumentos laterais na elaboração de práticas discursivas e de intervenções políticas. A “favela” se constrói com imagens, essas que são as próprias imagens de sua construção.

A construção desse olhar é atravessada por inúmeras mediações que não aparecem nas imagens, mas que as tornam possíveis. Estão em jogo diferentes interesses que se equacionam não apenas no instante em que o fotógrafo, com seus olhos fixos no visor da câmera, efetua o “click”, mas sobretudo na hora da edição, quando técnica, estética, ética e política se entrelaçam num profícuo diálogo que faz (re)aparecer as imagens do povo. Conforme argumenta Mari Corrêa (2004, p.37) sobre o “Vídeo nas Aldeias”, projeto o qual é uma das diretoras: “ao ver estes filmes, não estamos, portanto, diante da ‘verdadeira realidade’ dos índios, mas de uma interpretação construída de pelo menos dois olhares:

o da pessoa que filma e da que consente ser filmada. (...) Filmar o real não é filmar a realidade”. Aqui também não se trata da tentativa de evidenciar a “verdadeira realidade” das favelas, mas de pontos de vistas particulares.

Escolher o que mostrar e como mostrar, não “roubando” imagens, mas insistindo com um olhar próximo, proposto enquanto uma maneira de se relacionar, que permita as personagens se posicionarem de outra maneira, abrindo espaço para que sejam elas mesmas partes ativas na construção da imagem: aí reside uma parcialidade distinta daquela produzida a distância, com uso de teleobjetivas, e que chega aos nossos lares na hora do café da manhã. O fotografar e o olhar são verbos no gerúndio para as Imagens do Povo, uma vez que seus focos estão lançados em processos irrealizados de um projeto político mais amplo: o de transformação das condições que mantém os favelados em posições subalternas. Por isso, o olhar periférico é um olhar em construção permanente e, no limite, sua realização implica na negação de seu caráter periférico.¹⁰

Resta, portanto, um questionamento que engendra mesmo o paradoxo produtivo envolvido na representação e apresentação de si e do outro no contexto da produção imagética: o olhar periférico, esse “olhar de dentro”, pode ser colocado em solução de continuidade com o “olhar de fora” ou trata-se de uma ruptura, de uma disputa por poder expresso na produção de representações (GAMA, 2006), dito de outro modo, a emergência de novos atores que querem falar, com mais legitimidade, sobre a favela? Ao que parece, entre a continuidade e a ruptura, instaura-se entre os diferentes agentes uma luta pelo controle das representações sobre os favelados.

CIDADE FORA DO MAPA

Os discursos sobre a favela nas grandes cidades são produzidos sob a perspectiva de uma crise das condições de vida urbana. É importante perceber como esta realidade é

7- A importância deste autor está na reflexão sobre o campo de produção do conhecimento como campo de poder e na tentativa de elucidar os princípios ou mecanismos de classificação, que resultam de lutas simbólicas entre agentes pela imposição de uma definição do mundo social (e da instauração de um projeto político e de uma ordem social que define a posição dos agentes).

8- Assim, por sua própria estrutura, a língua implica uma relação de alienação. Falar, e com maior razão discorrer, não é comunicar, como se repete com demasia frequência, é sujeitar: toda língua é uma relação generalizada. (...) Por outro lado, os signos de que a língua é feita, os signos só existem na medida em que são reconhecidos, isto é, na medida em que se repetem; o signo é seguidor gregário; em cada signo dorme esse monstro: um estereótipo; nunca posso falar senão recolhendo aquilo que se arrasta na língua (BARTHES, 1977 p.15).

9- Falar em olhar(es) periférico(s), neste trabalho, não significa a tomada de fotografias e imagens apreensíveis a partir de um lugar simbólico e territorialmente delimitados. Não significa, igualmente, uma busca por olhares essenciais em meio ao caótico mundo das aparências, do espetáculo. Significa, antes, a reflexão sobre o uso de categorias que informem, não de modo estanque, a respeito da produção desses olhares fotográficos construídos sobre si e o mundo. Por isso, este trabalho se investe da possibilidade de discussão sobre a formação de um olhar (seletivo e parcial); um olhar realista ao mesmo tempo em que é fabulador.

10- A própria noção de periferia corre o risco de não possuir nenhuma serventia, caso se restrinja a um designador de origem social do fotógrafo. Como nos fala Edward Shils (1996), em “Centro e Periferia”: “A zona central não é em si um fenômeno localizado no espaço. (...) sua centralidade nada tem a ver com a geometria e pouco tem a ver com a geografia. O centro, ou zona central, é um fenômeno que pertence à esfera dos valores e das crenças. É o centro da ordem de símbolos, de valores e crenças que governam a sociedade” (SHILS, 1996, p.53). Os valores periféricos, portanto, não se opõem por completo aos do centro, podendo ser entendidos como interpretação e crítica aos valores e à estética dominante, o que evidencia

Imagens e contra imagens da Favela

seu lado criativo, ou então como deslocamentos e apropriações, fazendo imagens e significados circularem, evidenciando, dessa vez, um contínuo de posições.

concebida, como a idéia de crise é construída, e quais os elementos que a caracterizam, tanto como os projetos que são formulados para superá-la. A percepção social de uma crise urbana nos anos 90 tem como origem as péssimas condições de vida e habitação das camadas mais pobres, que se pressupõem serem as causas dos males da cidade.

A cidade é pensada como uma unidade de análise, em termos de um microcosmo, que permite observar os processos de desagregação social, que nela se desenvolvem. Processos ocasionados, de um lado, pela desarticulação social e econômica de um segmento de sua população que sobrevive à margem da economia e, por outro lado, pelo surgimento de áreas de moradia que se desenvolvem a margem da lei, da ordem e do Estado, cujo maior exemplo é a favela:

(...) como o poder público perdeu a autoridade as pessoas passam a tomar medidas que antes eram consideradas ilegais. E já que ninguém toma providências quando se organizam invasões de terrenos públicos e privados, as favelas se consolidam. (...) antes que as favelas – a cidade dentro da cidade que não está no mapa – cresçam de tal forma que se tornem maiores que o resto da cidade. (...) Ou o poder público enfrenta a questão das favelas ou a questão das favelas engolirá o poder público (JORNAL DO BRASIL, 1995 p.10).

Esta ausência de Estado e de suas instituições é vista como originária de um território dominado por organizações paralelas, por um meio cultural e social deteriorado, cuja característica é a ausência de valores e regras sociais dominantes. A crise expressa, portanto, os conflitos oriundos da interação social entre esses dois mundos. Expressa uma cidade partida, cujos sintomas ameaçam a sua coesão social. Assim, por exemplo:

As favelas constituem uma cidade no Rio que não está no mapa. Esta cidade apresenta defeitos e virtudes – mas principalmente defeitos, desde que se tornou valbacouto preferencial do crime organizado, que viu nelas o perfeito escudo para se proteger da lei. Não é à toa que as gangues do tóxico escolheram-nas como campo aberto para sangrentas disputas pela hegemonia do crime organizado. (...) Hoje, 68 dos 180 morros do

Rio são ocupados por favelas. Não há palavras para expressar a tragédia que isto representa na vida da cidade, desfigurada por construções precárias e irregulares que brotam do solo como cogumelos (JORNAL DO BRASIL, 1995).

Um discurso sobre a gradual transformação das favelas em territórios independentes, com fronteiras invisíveis, onde o tráfico substituiu o Estado. Este discurso carrega alguns elementos que se tornam cada vez mais recorrentes nas concepções sobre a favela, nas últimas décadas. A idéia de um território dominado por um poder paralelo ao do Estado, que se tornou paramilitar e que avança sobre o território da legalidade e da ordem. Um território politicamente dominado pelo crime, subjulgando os pobres que convivem em seu meio e aterrorizando os ricos que moram intra-muros.

A imagem das favelas como território da violência e da criminalidade, propõe a remoção e a repressão policial sobre o espaço das favelas. Discurso da cidade partida, entre um território da legalidade, que está no mapa, habitado por cidadãos que respeitam as leis, e um território da ilegalidade, fora do mapa, onde se abrigam ‘todos os vícios da civilização’, que ameaça a convivência humana, através da violência e da desorganização social. A violência é concebida segundo um processo progressivo de enfraquecimento da consciência coletiva, de uma moral que unifica os membros da sociedade, produzindo um estado de ausência de normas e valores, que só pode ser restabelecido através da aplicação das regras sociais, traduzidas no exercício da lei, da autoridade e da ordem.

Mesmo numa sociedade pobre de estatísticas como é a brasileira, as poucas estatísticas existentes no Rio sobre mortos em tiroteios, assaltos, roubo de carros, seqüestros, balas perdidas, são de molde a prenunciar o ponto de saturação perigoso. (...) O espetáculo da desagregação moral é impressionante. (...) Tudo isto é muito angustiante. Produz quebra de elos fundamentais, reações que levam os homens a desconhecer qualquer ética, qualquer compromisso social. Nos países do Terceiro Mundo, isto ainda é mais transparente: o espetáculo da miséria dilacera os homens. Em sociedades decadentes, a violação da norma (...) No entanto está na hora de acabar com a resignação. Nenhum país existe sem leis, mas também nenhum

país que, tendo leis, não as aplica, pode igualmente existir. Restaure-se a autoridade, hoje mais perdida do que as balas perdidas que ceifam vidas inocentes (JORNAL DO BRASIL, 1994, p.10).

Um espaço onde impera a anomia, ou uma ausência de valores e regras sociais. Um espaço de não-integração social, povoado por indivíduos anômicos, incapazes de socialização nas regras mais gerais do tecido social. Um tecido esgarçado que perdeu a conexão com os órgãos superiores da sociedade. Como se fosse um apêndice necrosado do corpo social, que deve ser amputado ou re-enxertado após ser submetido a uma intervenção cirúrgica, isto é, espaço que deve ser urbanizado ou removido pelo poder estatal. Dotado de vias públicas e condições sanitárias, reconstruído à imagem e semelhança da cidade legal, para então finalmente restaurar a ordem social. Um espaço que deve ser dotado das qualidades da cidade, através de uma geometria de suas formas, de um estilo arquitetônico minimamente parecido com o estilo de vida moderna, de um espaço reto e limpo. Um espaço re-territorializado, capaz de reproduzir a cultura oficial e dominante. Um espaço alisado para inibir práticas indesejáveis que se proliferam em suas vielas curvas e tortas. Um espaço que deve ser reconstruído para produzir uma nova imagem e destruir o espaço que habita a memória coletiva dos seus habitantes. Dando-lhes uma nova memória, reconstruindo os seus sentidos e apagando outros significados, para permitir a criação de uma nova história e um novo futuro.

A imagem da desintegração social freqüente, de um modo habitual na última década, as representações sobre as favelas no discurso da imprensa. O quadro de referência é a integração social que não pode ser plenamente atingida pela existência desses indivíduos ou espaços de não integração. A favela é um obstáculo a esse modelo de integração social fundado num ideal de desenvolvimento urbano oposto a tudo que a favela representa: expansão desordenada, ocupação irregular que avança destruindo áreas de preservação ecológica, esgotos a céu aberto que permite o cortejo de lixo e lama, barracos sem as

condições mínimas de infra-estrutura higiênica, desemprego, doenças, fome, miséria criminalidade, violência, tráfico de drogas. Desta forma, o programa social atrela-se ao programa de segurança, atacando-se o mal pela raiz. O combate ao crime incorpora-se ao discurso da política social de remoção da favela. Vejamos um trecho publicado por Sandra Cavalcanti no Jornal do Brasil:

A única solução que existe para se recuperar um território que está em poder do inimigo é iniciar uma ação bélica. Trata-se de pôr em prática uma tática de guerra, com a ocupação, ostensiva e poderosa, de todo o território a ser conquistado.

Ocupada militarmente a área reconquistada, os moradores devem ser ajudados a sair dali, pois o território reconquistado vai ser liberado da presença do crime. Vai ser reflorestado, se for o caso. Ou vai servir para uma escola, para um posto de saúde ou para uma delegacia. Enfim, vai ter uma destinação pública e social.

Ao reassentar os moradores em suas novas residências, o poder público deve cuidar para que eles possam ter, daí em diante, a mesma qualidade de vida de qualquer cidadão carioca, livres de quadrilhas e chefes de gangues (CAVALCANTI, Sandra. Jornal do Brasil, 1996).

Visão que se generaliza e circula do campo da ciência política para o campo da política real, prática, partidária, das visões que formam a base das políticas sociais e das intervenções nesses espaços de pobreza, as favelas.

Para os adeptos da política de remoção como o programa de erradicação de favelas, a favela é vista como uma doença social, ou melhor, “grave doença urbana” que condena os seus habitantes à “marginalização social como única opção de vida ou de sobrevivência”. Um flagelo onde não há lei que se imponha nas condições subhumanas em que vivem essas comunidades dominadas por bandidos com poderes de vida ou de morte sobre suas vidas.

O discurso que prega a remoção de favelas das áreas mais centrais e mais nobres da cidade passa a veicular a imagem da favela como um território de criminalidade, vinculando o programa de intervenção urbana ao comba-

te eficaz ao crime organizado. Visa afastar da cidade para a periferia, esses territórios e junto com ele seus habitantes indesejáveis.

O discurso a favor de uma intervenção militar sobre as favelas baseia-se no fato de ver essas áreas como dominadas pela criminalidade. Territórios onde a solidariedade social (no sentido durkheimiano de consciência partilhada em comum dos valores dominantes) se enfraqueceu ou não existe, vácuos da ordem, vazios da presença do poder público, como poder de Estado capaz de impor a ordem e a lei, através de suas instituições.

A questão social é vista como resultado de uma desorganização urbana, considerada enquanto uma ameaça ao equilíbrio social e a ordem social. Desordem cuja origem está na ausência de autoridade. Os processos de ocupação do espaço urbano para fins de moradia das camadas mais pobres da população, em favelas e demais logradouros públicos, são vistos como promotores de uma anarquia no espaço urbano que, por extensão, tende a gerar uma anarquia social, onde proliferam comportamentos marginais, o aumento da violência e da criminalidade.

Podemos observar essa rede de narrativas como condições que possibilitam a produção de discursos sobre a pobreza urbana nos anos 80-90. E no contexto de uma concepção sobre a crise das condições de vida urbana, vista sob a ótica de processos de desintegração social, moral, legal, cujos sintomas são a violência, a miséria, a corrupção, a falta de projeto político, que se produzem imagens sobre os espaços de moradia dos pobres e de suas condições de vida.

AS IMAGENS DO POVO E O OLHAR PERIFÉRICO

Nesta secção, o objetivo é apresentar um conjunto de representações sociais nos quais estão articulados os significados da favela. O passo seguinte é dado no sentido de trazer à tona as representações da favela contestada pelos agentes produtores de auto-representações visuais.

Em primeiro lugar é investigado, a partir de certa literatura especializada, a validade do argumento de onde se tributa a razão de ser da Agência: a predominância de imagens negativas da favela. Se a favela é historicamente representada através de estigmas, o ponto de partida dos fotógrafos: a contraposição das imagens depreciativas por representações imagéticas da favela que possam apresentar outras perspectivas, não somente a de ser o espaço da violência, do trauma, da desrazão urbana.

Tentando reconstituir a lógica que rege a produção de notícias da favela pela imprensa, o intuito é demonstrar que a imagem negativa não é a “verdade” da favela, mas uma verdade de imprensa. Assim, uma contra-imagem da favela se apresenta como alternativa crítica edificada por agentes implicados politicamente com as situações sociais das favelas. Obviamente, a concentração da violência é um problema também localizado nas favelas, o que não impede de delas declinarem imagens positivas, sobretudo, porque, como agenciadoras de relações sociais e recursos políticos e econômicos, as imagens podem mobilizar intervenções não belicosas.

Começando por uma pesquisa no banco de imagens da agência O Globo¹¹, no espaço reservado para busca de imagens ao digitar-se a palavra “favela” aparecem associadas 99 imagens. A primeira constatação é tirada da evidência: das 99 imagens acessíveis 80 são de fotografias feitas à longa distância, certamente produzidas com uso de lentes teleobjetiva e quase a totalidade formada por fotos aéreas. Com a repetição dessas imagens a informação transmitida ganha força no passar de uma à outra, produzindo um significado: a imagem da favela-rizoma¹² subindo encostas e montanhas, adentrando matas e descendo para cidade racionalmente urbanizada é a imagem do mal urbanístico.

As demais imagens digitais que completam o conjunto de 99 fotos (Esse número cresceu para 128 na última visita realizada ao banco em julho de 2008, porém mantiveram-se as mesmas características observadas anteriormente) tomadas provisoriamente como corpus

11- O banco de imagens da Agência O Globo reúne uma amostra do acervo dos jornais O Globo e Extra, constando aproximadamente 5 milhões de fotos, entre cromos, negativos, cópias e arquivos digitais.

para uma aproximação com as representações visuais da favela são exemplos de como a inserção diferenciada do fotógrafo determina os modos de representar o tema, podendo torná-lo rico, polissêmico. Os exemplos apontam para possibilidade de apresentação de outras imagens da “favela” que não apenas a da “favela problema social”, entretanto, essa parece não ser a intenção dos gerenciadores do banco.

Mudando de site e repetindo o exercício, agora no banco de imagens da agência O Dia (A agência O Dia possui um banco de imagens com aproximadamente 3.000.000 arquivos digitais), verifica-se que as imagens da favela têm um conteúdo fortemente apelativo. Todas as 27 imagens anexadas na palavra-chave favela estão relacionadas aos confrontos travados entre as forças policiais e as facções ligadas ao tráfico de drogas. É realizada nova busca utilizando a palavra “violência”. As 27 imagens reaparecem e a elas se acrescentam outras 24. Novamente a evidência se impõe como conclusão: a “favela” apresentada ao leitor do jornal O Dia é a “favela” única e exclusivamente violenta. Qualquer outra possibilidade de representar imageticamente a favela é descartada pelos editores desta agência. Ambas as agências possuem número maior e mais diverso de imagens de favelas, no entanto, a análise se restringiu àquelas acessíveis via internet. Os sites falam sobre a existência de outras maneiras para se pesquisar seus arquivos visuais.

Sob o impacto da violência trabalham os fotojornalistas que executam pautas relativas às favelas no Rio de Janeiro. Evidentemente a cobertura de favelas não se restringe aos confrontos entre traficantes, policiais e milicianos, mas o grosso do material jornalístico é retirado daí. Não se esquecendo do fato de ser, no mais das vezes, a instituição policial a principal fonte jornalística.

Os confrontos armados têm sua dimensão de “mal-estares jornalísticos”, uma vez serem “fora do comum”, dramáticos, emocionantes e, por isso, comercialmente rentáveis. Na condição de acontecimentos “mediáticos” as imagens¹³ da favela no jornal, sobre-

maneira, são as imagens da violência, pois, como declarou Nilton Claudino, fotógrafo da agência O Dia: “Não tem jeito, ficamos torcendo para a ação acontecer”.¹⁴ O que significa, em outras palavras, uma prática profissional baseada na rotina policial.

O que se propõe a chamar de contra-imagem da favela são as produções fotográficas realizadas pelos fotógrafos da Agência Imagens do Povo e demais agentes sociais comprometidos com a construção de representações que escapem da lógica que rege a produção de notícias e informações sobre as favelas.

Entre os fotógrafos da agência há a consciência de que, quando fotografam, estão “contando uma história” de um ponto de vista exclusivamente particular e que não se pretendem os melhores representantes da verdade da favela, embora “ser da favela” seja o argumento que lhes conferem atributos diferenciais em relação aos outros profissionais que estão no mercado. Contudo, optam pelo contraponto em relação à imprensa. Daí a escolha por temas como “cultura nordestina”, “pescadores”, “brincadeira de crianças”, “religiosidade” entre outros, quando da realização de trabalhos autorais, ao invés de se dedicarem exclusivamente em abordar os problemas sociais. “A situação de autores parcialmente convencidos, tentando convencer parcialmente os leitores de suas convicções parciais”, consideração de Geertz (2005, p.182) sobre a posição do etnógrafo em relação à “verdade” do outro, se confunde com a afirmação de um fotógrafo acerca de seu trabalho: “não tem verdade nenhuma, tem um ponto de vista meu e eu acho que é menos sacana”.

Em suma, produzidas no choque entre imagem e texto – entendendo como texto não apenas as legendas que situam no tempo e no espaço a imagem, mas todo aparato retórico no qual está envolvida – o conjunto de idéias desencadeadas por fotos, seja na forma de discursos originais ou em ratificações de discursos, são sempre resultado de projeções e concepções sobre os referentes que se relacionam e se organizam a partir do olhar de quem fotografou.

12- *A idéia de inspiração deleuziana é desenvolvida em “Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica” (Jacques, 2007).*

13- *Sobre o lugar das imagens na fabricação do “acontecimento” na perspectiva da “visão mediática”, escreve Champagne: “a informação ‘posta em imagens’ produz um efeito de drama que é próprio para suscitar muito diretamente emoções coletivas. Enfim, as imagens exercem um efeito de evidência muito poderoso: mais sem dúvida que o discurso, elas parecem designar uma realidade indiscutível, se bem que elas sejam igualmente o produto de um trabalho mais ou menos explícito de seleção e de construção” (CHAMPAGNE, 1999, p.64).*

14- *Baixando a Máquina. Ano 01, nº 01. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2007 (boletim informativo sobre o documentário Baixando a Máquina).*

Se a favela foi, ou ainda é, “representada como um dos fantasmas prediletos do imaginário urbano” (ZALUAR E ALVITO, 2003), pela desconstrução dessa imagem se empenham os fotógrafos da agência Imagens do Povo. Em primeiro lugar, porque as favelas são seus espaços de moradia, de lazer, de trabalho e lá, com as pessoas de lá, produziram suas subjetividades e se inventaram enquanto pessoa. Em segundo, ao optarem pela formação em fotografia, dentro da estrutura de oportunidade na qual estão inseridos, comprometeram-se com um projeto político, o da Imagens do Povo. Daí as declarações: “Fotografia é mais do que um papel com lembranças de família. Pode ser um meio de mobilizar as pessoas” e “acredito que posso contribuir com a desconstrução dos estereótipos de violência e desordem, historicamente atribuídos aos espaços populares. Não é de hoje que a grande mídia estigmatiza a pobreza como foco de criminalidade” (Entrevistas concedidas de Jaqueline Felix e Adriano Rodrigues à Fabrizia Granatieri da revista Fotografe Melhor, ano 11-Nº123, dezembro de 2006.).

Nesse sentido, um “estilo de raciocínio” alternativo pode estar sendo criado no âmbito da Imagens do Povo. Vejamos, o conceito no qual a Agência está fundamentada, expresso na fala do fotógrafo João Roberto Ripper, coordenador da agência:

Este projeto parte da idéia de que democratizar a fotografia é derramar um olhar humano sobre a sociedade. Neste sentido, o que se pretende é trabalhar para que a fotografia seja um instrumento de arte, informação e de formação colocado a serviço do resgate da dignidade das classes populares e da ampliação dos direitos humanos. Isso realizado através da produção e da difusão de imagens (...) nas periferias e favelas das grandes cidades, a partir do olhar de seus próprios moradores. (...) Buscamos materializar uma fotografia engajada e solidária, capaz de denunciar a dificuldade da existência dos que estão oprimidos, mas destacar também sua dignidade, sua sensualidade e beleza. (www.imagensdopovo.org.br).

As contra imagens da favela pensadas nesses termos podem compor uma nova agenda na disputa por significados. Na dimensão de auto-representações, elas podem legiti-

mar (desde que não se percam num essencialismo ingênuo) novos discursos, novas imagens e novas práticas na favela, pois como argumenta Francisco Valdean, fotógrafo com forte engajamento na Agência:

Quando você pensa a favela como um espaço negativo é diferente de quando se pensa e se mostra a favela a partir de um ponto de vista positivo, lugar onde existem muitas qualidades. Porque, pense só, se forem se formular políticas para um espaço negativo é diferente de você fazer política para um espaço positivo. Porque dentro do positivo a política começa pela preservação e melhoria do que está dando certo, para daí trabalhar os pontos que são negativos. Quando você parte do negativo, as coisas que existem e são boas tendem a serem deixadas de lado, nem se pensa nelas como caminho para alguma coisa. Essa é a diferença.

O problema das auto-representações não é de acuidade mimética, mas de disputa de poder expresso pela produção imagética. Portanto, se o pensamento antropológico pode contribuir nesse processo de disputa e controle das representações dos favelados pelos próprios favelados, é indicando a possibilidade de se pensar numa episteme aberta, construída a partir por múltiplos pontos de vistas, na tentativa de, assim, oferecer alternativas ao pensamento dual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os registros da imprensa demonstram, em primeiro lugar, que essas imagens resultam de um olhar sobre o pobre, dos outros que não são pobres sobre espaços de moradia concebidos como territórios à margem da sociedade mais abrangente. Na ausência de uma identidade social específica esse pobre passa a ser representado, notado, nomeado, classificado, pela ameaça que representa, como problema social, aos olhos dos demais habitantes da cidade. Historicamente se constituiu uma maquinaria imagético-discursiva sobre a pobreza e os pobres que lhe definiu os contornos, seus recortes, suas formas, que os tornou visível e dizível, que passa a falar em seu nome, a partir de uma visão que está de fora e que lhe enfoca, aprisiona, ilumina, e lhe retrata. Várias são

as engrenagens dessa máquina de produção imagético-discursiva: a Igreja, o Estado, as ONG's, a Imprensa, a Ciência Social. Máquina que produz intervenções, ações, dispositivos, técnicas e políticas de assistência a este pobre, permitindo criar um método de classificação, de ação, de pensamento, de trabalho com os pobres, visando ao seu controle, disciplina, à sua correção, construindo uma pedagogia da assistência, sobre seu corpo e sua alma. Da caridade à ação político libertária. Apesar de todas essas ações o número de pobres não cessa de se multiplicar no mundo. Máquina político-imagética de produção de eufemismos, de visões e de divisões do mundo social, de realidades homogêneas, abstratas, quantitativas, de separações do mundo social.

Encontramo-nos, assim, no mundo social diante dessas imagens construídas e reproduzidas por esse maquinário, formado por várias peças, que trabalham para repor este estoque de imagens, remodelando-as, fabricando-as e imprimindo-as no mundo das relações sociais. Imagens que circulam entre campos simbólicos e que, por sua vez, herdamos e re-produzimos, reconhecendo-as socialmente. Leituras e construções de “verdades” e visões do outro, demarcando fronteiras e separações, ou reafirmando-as permanentemente, reatualizando-as a todo instante em que se fala do pobre, como se ele existisse como um bloco homogêneo, apagando suas diferenças e realçando suas semelhanças. Assim, pode-se considerar a produção teórica sobre a pobreza como o contrário do conhecimento, no sentido em que lhe cria supostas naturezas ou essências: como uma história da fabricação de uma grande mentira. O discurso sobre a pobreza e sobre a favela é um discurso que institui uma classe social e uma região, por meio da revelação de propriedades distintivas por signos exteriores em condições de reunir como de separar, através de barreiras e limites que recortam essa classe, através de categorias, que retalham um território. As propriedades distintivas que definem os grupos sociais inferiores – inferior em termos de relações de forças – produzem estereótipos compartilhados socialmente, que costumam lançar esses grupos num espaço

anômico, excluindo-os do modelo normativo.

O discurso sobre os pobres é o discurso do poder, das vozes autorizadas a dizer o que o pobre é, a apontar as suas características para fazê-lo ser reconhecido por certos atributos que faltam a ele, e que os constituem como uma classe social. É um discurso que visa reconhecer as características do inimigo para poder, então, atacá-lo. É um discurso estratégico que visa dominar o seu destino e o seu território, para transformá-lo e impor um novo rumo e uma nova forma espacial, para organizar o desorganizado, para estabelecer a ordem num terreno de desordem, para difundir novos valores em substituição aos valores não desejáveis, em suma, um discurso que prega a ação, a interdição de um determinado estado de coisas. É portanto um discurso dominante calcado em estereótipos e imagens negativas que arrasta a vontade de poder. Um movimento de miragem que observa o pobre e que o descreve pelos seus traços semelhantes, de certa forma inventando o seu mundo como um mundo de casos idênticos, essa chapa de generalidade, de moralidade, de indiferença, que pesa sobre nosso discurso coletivo.

Se dentro da ordem urbana as favelas são expressões do mal, o espaço da desrazão, o engajamento dos fotógrafos da *Imagens do Povo* na produção de outras representações imagéticas sobre as favelas do Rio de Janeiro é o ponto crucial com o qual os meandros da construção do olhar fotográfico dos favelados podem ser vislumbrados. A representação fotográfica de si (este si como afirmação de pertencimento àquele mundo), esta apresentação de um outro imaginado, é o resultado de um diálogo profundo: entre a expectativa das Ong's e parceiros patrocinadores de projetos, com as agências de fomento, com a linguagem e a estética documental, com a tradição das agências fotográfica autônoma, com a trajetória político-profissional do fotógrafo João Roberto Ripper e o projeto político da Agência, com as escolhas pessoais dos fotógrafos, com a Rede de Inclusão Visual, com as oportunidades e pautas disponíveis aos fotógrafos, com os acontecimentos fotografados, enfim, o olhar periférico é um

complexo de relações que a partir da linguagem fotográfica agenciam formas e acontecimentos, construindo novas perspectivas sobre as favelas, proporcionando um maior controle sobre a representação do favelado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BARTHES, R. Aula. São Paulo: Cultrix, 1977, p.15.
- _____. Crítica e verdade. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- _____. O grau zero da escrita. São Paulo: Cultrix, 1971.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- _____. A economia das trocas simbólicas. 1989b
- _____. A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- _____. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Papius, 1989.
- _____. A Miséria do Mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- CARMINATI, T. Z. Imagens da Favela, Imagens pela Favela: representações de si e do outro nas imagens do povo. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - UFRJ, 2008.
- CHALOUB, S. Trabalho, Lar e Botequim. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CORRÊA, Mari. Vídeo nas Aldeias. In: Mostra Vídeo as Aldeias: um olhar indígena. CCBB, 2004. (www.videonasaldeias.org.br/home.htm).
- DUBOIS, P. O Ato Fotográfico e Outros Ensaios. Campinas: Papius, 2006.
- DURHAN, Eunice R. A Caminho da Cidade: A Vida Rural e a Migração para São Paulo. São Paulo, Perspectivas, 1978.
- FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987, p.89.
- GAMA, Fabiene. A auto-representação fotográfica em favelas: Olhares do Morro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.
- GEERTZ, Cliford. Obras e Vidas: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005.
- _____. O Saber Local: novos ensaios de antropologia interpretativa. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006.
- CHAMPAGNE, Patrick. A Visão Mediática. In: BOURDIEU, Pierre et all. A Miséria do Mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GREIMAS, A. J. & LANDOWSKI, E. Análise do discurso em ciências sociais. São Paulo: Global Universitária, 1986.
- JACQUES, Paola Berenstein. Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- LARROSA, Jorge (org.). Imagens do outro. Vozes. S/d.
- LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. A Sociologia do Brasil Urbano. Trad. Maria Laura Viveiro de Castro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978
- LIMA, M. H. T. de. Cidade de Papelão, Vitória: EDUFES, 1997
- _____. Representações da pobreza urbana no Brasil, Vitória, EDUFES, 1995.
- LINS, Paulo. Prefácio. In: SILVA, Jailson de Souza e; e BARBOSA, Jorge Luiz. Favela: alegria e dor na cidade. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio; [x] Brasil, 2005.

NOVAES, Sylvia Caiuby. O uso da imagem na Antropologia. In: Etienne Samain (org.). O Fotográfico. São Paulo, Editora Hucitec/Senac São Paulo, 2005.

PERLMAN, J. O Mito da Marginalidade: Favelas e Política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

VALLADARES, L. "Cem Anos (re) pensando a Pobreza Urbana no Brasil". Anpocs, 1992, Revista Pobreza Urbana – 13 ano11, {S.I., s.n., 19-}.

VALLADARES, Lícia. Do Mito de Origem a Favela.com. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

VELHO, Otávio Guilherme (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

RIBEIRO, L.C.Q. & LAGO, L.C. "A Divisão Favela-Bairro no Espaço Social do Rio de Janeiro, XXIV Encontro Anual da ANPOCS, outubro de 2000.

SHILS, Edward. Centro e Periferia. Lisboa, Difel, 1996

SILVA, Luiz A. Machado da. A Política na Favela. In Cadernos Brasileiros. Rio de Janeiro: Maio-Junho, 1967.

TAJFEL, Henri. "Grupos humanos e categorias sociais". In: _____. Estudos em psicologia social. Lisboa: Livros Horizonte, 1982, v. I.

SINGER, Paul. A Economia Política da Cidade. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

ZALUAR, A. A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo, Brasiliense, 1985.

ZALUAR, A. e ALVITO, M (orgs). Um Século de Favela. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Jornais

JORNAL DO BRASIL. "Pereira Passos manda demolir o Rio colonial". Rio de Janeiro, 03/01/1903.

_____. Povo declara guerra à vacina, Rio de Janeiro, 15/11/1904.

_____. Rio tem o coração arrancado. Rio de Janeiro, 09/03/1921.

_____. Império de caos. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1994. Editorial, p.08.

JORNAL DO BRASIL. Vacilou, Dançou. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1994. Editorial, p.10.

_____. Dilema Moral. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1994. Editorial, p.10.

_____. O Grande Desafio. Rio de Janeiro, 02 de julho de 1995. Editorial, p.10.

_____. Cidade Fora do Mapa, Rio de Janeiro, 26/02/1995, Editorial.

_____. O Elo Final. Rio de Janeiro 21 de maio de 1995, p.10, Editorial.

RESUMO

O presente artigo aborda as representações sociais da pobreza urbana no Brasil. O objeto de estudo é, por um lado, o conjunto de discursos e imagens sobre a favela na imprensa e, por outro lado, as auto-representações visuais de favelas e periferias da cidade do Rio de Janeiro, na virada do século XXI. O objetivo é analisar o uso da categoria favela na formação do imaginário social da cidade e, ao mesmo tempo, investigar como se constrói o olhar periférico nas representações fotográficas dos moradores de favelas. O método empregado baseia-se nas contribuições de Pierre Bourdieu e de Roland Barthes para a análise do discurso e nas contribuições da antropologia visual e da história cultural para a análise da fotografia enquanto campo documental na etnografia. Os resultados revelam um movimento de constituição de novas subjetividades no cenário das grandes cidades dos anos 90, por meio da ação de ONG's nas favelas, criando um espaço de reflexão sobre si e sobre o outro e de afirmação de novas identidades.

ABSTRACT:

This article approaches the social representations concerning the urban poverty in Brazil. The point of this research is to identify the discourses and images about the slums within the press from one side; and on the other, the slums and suburban areas visual self representations of Rio de Janeiro capital city at the turn of the XXI century. The goal of this study is to analyze the use of the category slum in the conception of the social imaginary of the city and, at the same time, examine how the peripheral vision is built in the photographic representation of slum inhabitants. The applied method is based on the contributions of Pierre Bourdieu and Roland Barthes regarding the discourse analysis and also through the visual anthropology and cultural history to the photographic analysis as a documental field in ethnography. The results reveal the creation of a movement of new subjectivities in the scenario of big cities in the 90s through NGOs in the slums creating a scope of reflection about themselves and others and the assertion of new identities.